

ENCARTE CLACSO

CADERNOS DA

AMÉRICA LATINA XVI



Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* constituem uma iniciativa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e do Caribe: Ruy Mauro Marini (Brasil); Agustín Cueva (Equador); Álvaro García Linera (Bolívia); Celso Furtado (Brasil); Aldo Ferrer (Argentina); José Carlos Mariátegui (Peru); Pablo González Casanova (México); Suzy Castor (Haiti); Marilena Chauí (Brasil); Florestan Fernandes (Brasil); Orlando Fals Borda (Colômbia); Mayra Paula Espina Prieto (Cuba); Edelberto Torres Rivas (Guatemala); Carlos Tünnermann Bernheim (Nicaragua); Daniel Mato (Argentina); Hugo Aboites (Brasil); Jaime Ornelas Delgado (México); Jorge Landinelli (Uruguay); Marcela Mollis (Argentina); Pablo Gentili (Brasil); Víctor Manuel Moncayo (Colômbia); Susana Novick (Argentina); Antonio Negri (Itália); Guillermo Almeyra (Argentina); Luis Tapia (Bolívia); Boaventura de Sousa Santos (Portugal); René Zavaleta Mercado (Bolívia); Rodolfo Stavenhagen (México); Milton Santos (Brasil); Silvio Frondizi (Argentina); Gerard Pierre-Charles (Haiti); Aníbal Quijano (Peru); e Juan Carlos Portantiero (Argentina) entre outros.

Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* são publicados no jornal *La Jornada* do México e nos *Le Monde Diplomatique* da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha e Peru.

CLACSO é uma rede de 254 instituições que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 25 países: www.clacso.org

Coordenação editorial: Emir Sader | Edição brasileira: Silvio Cezar de Souza Lima

Da resistência à ofensiva na América Latina: Quais são os desafios para a análise social?¹

Por François Houtart*

A situação sociopolítica do continente latino-americano mudou de maneira notável desde o princípio deste século. Tomar como parâmetro político o ano de 2002, data da eleição da Lula no Brasil, parece emblemático. Como escreveu Theotonio dos Santos, se trata da passagem da resistência para a ofensiva. Tal fenômeno tem que ser analisado com as ferramentas das ciências sociais, a dizer, tem que ser historicamente situado, dialeticamente interpretado e posto em seu contexto global.

Por que na América Latina?

Dentro do processo global de orientação neoliberal da economia mundial, é muito interessante constatar a transformação do campo político na América Latina e o que não ocorreu nos outros con-

tinentes periféricos ao capitalismo central. Várias hipóteses podem ser elaboradas para entender esta diferença. A principal é que na América Latina, a fase neoliberal do capitalismo contemporâneo foi percebida pela maioria dos grupos sociais como uma agressão, e de fato o foi. Enquanto que nos países asiáticos – tanto os “tigres”, como os países “socialistas” (China e Vietnã), e os do sudeste asiático (a Índia, em particular) – a maioria a percebeu como uma oportunidade. Na África, por razões de uma difícil construção de sua identidade política nacional, a consciência desta lógica de dependência recém iniciada começou a se desenvolver. Para comprovar estas hipóteses é possível propor várias razões.

No plano econômico, o rápido fracasso do modelo de desenvolvimento proposto pela CEPAL nos anos sessenta, que corresponde com o modelo de Bandung (Nation Building), foi muito mais acelera-

do na América Latina do que no contexto asiático. Grandes países como a China e a Índia, apesar de regimes políticos distintos, puderam realizar este conceito durante muito mais tempo. No continente latinoamericano, este fracasso significou a entrada massiva do capital externo, acompanhado de uma onda de ditaduras (podemos pensar no caso de Pinochet) que abriu a economia subcontinental ao neoliberalismo.

Também se pode apontar que, ao contrário do continente asiático, praticamente não houve reformas agrárias na América Latina. As iniciativas asiáticas de diversos tipos – capitalista em Taiwan ou Coreia do Sul, socialista na China e no Vietnã – tiveram como resultado, ou o favorecimento de uma transição para a industrialização, ou aumentar o poder de compra das massas agrárias, pelo menos ao nível de subsistência. Na América Latina ocorreu

relativamente um pequeno desenvolvimento industrial, com a exceção de alguns países pólos. Ao contrário, na Ásia, a industrialização e depois a extensão de uma economia de serviços teve um significativo impacto.

Outra diferença foi o desenvolvimento, na América Latina, de uma burguesia consumidora que via inúmeras vantagens na implantação do modelo neoliberal, ao mesmo tempo em que as distâncias socioeconômicas aumentavam. Segundo Claudio Katz, economista argentino, “a carência de um segmento gerencial competitivo é um entrave de longadata que provêm do caráter vulnerável e descontínuo que apresenta a acumulação nos países periféricos”.² Na Ásia, pelo menos em alguns países grandes, ocorreu um real desenvolvimento de uma burguesia nacional, como na Índia, Malásia e também, ultimamente na China e no Vietnã. Estes dois países basearam seu desenvolvimento num modelo de capitalismo de Estado que com a abertura ao mercado, permitiu a constituição de novas elites provenientes da burocracia do Estado ou do partido.

Finalmente, como assinala Claudio Katz, América Latina foi o lugar das primeiras crises financeiras (México em 1995, Brasil em 1999, Argentina em 2001), fruto do neoliberalismo, após a explosão da dívida já em 1982. O mesmo autor alude que estalidos distantes como o fim da União Soviética e a crise asiática, tiveram efeitos ainda mais duradouros na região do que em suas próprias zonas de origem.³

Desde o ponto de vista político, se pode também colocar algumas razões para as diferenças. Nos últimos 25 anos, a América Latina tem conhecido um desmantelamento do Estado, sob orientação determinante do FMI e do Banco Mundial. Na maioria dos países asiáticos isto não foi o caso. O desenvolvimento de países como a Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, Hong Kong, se deveu a existência de um Estado forte e a planificação a médio e longo prazo. A centralização estatal chinesa e vietnamita foi evidentemente predominante. Na Índia, a nacionalização das indústrias de base consolidou um poder político bastante extenso. O Estado na América Latina foi, geralmente, inconsistente, com frequentes câmbios de pessoal administrativo e pouco impacto econômico.

Também podemos apontar o fato de que a política de *containment* foi muito forte tanto na Ásia como na América Latina. Tratava-se de parar o avanço do comunismo presente em grandes países como a China e o Vietnã e, construir, ao mesmo tempo, uma barreira contra o perigo (teoria dos dominós) e uma janela de desenvolvimento capitalista ao redor deste grupo de países. Ditaduras a serviço das novas elites locais e um regime colonial (Hong Kong) impediram o desenvolvimento de movimentos populares e de partidos de esquerda e, por outra parte, houve também um forte apoio econômico ocidental: acesso preferencial aos mercados e financiamento do Estado. Assim, o orçamento da Coreia do Sul foi financiado em mais de 50 % pelos Estados Unidos durante mais de 25 anos. Enquanto que na América Latina, se a “ameaça comunista” se encontrava presente, não se apoiava um grande Estado potente, mas sim em um dos menores do continente (Cuba), ou então, estava alimentada por movimentos revolucionários locais, relativamente fáceis de controlar – caso da América Central, por exemplo, com guerras de baixa intensidade; ou no Cone Sul, com regimes militares.

Em comparação com a África, a descolonização da América Latina foi mais antiga. Por isso, o momento histórico do pós guerra mundial no continente africano foi caracterizado pela recuperação de sua identidade política. As enormes dificuldades da transição póscolonial trouxeram como consequência maior atenção para o campo político em detrimento do econômico. Por outro lado, a integração continental é mais fácil na América Latina, pela si-

milaridade de línguas, enquanto que a África está dividida em três grupos lingüísticos principais: inglês, francês e árabe, sem falar no grande número de línguas locais.

O mundo árabe vive o neoliberalismo como uma ofensiva ocidental de destruição cultural, muito mais do que uma dominação econômica. Esta culturalização do problema serve aos interesses das elites locais que reprimem todo movimento social de esquerda e permite ao fundamentalismo islâmico canalizar as reações. Quando o imperialismo se traduz em guerras pelo controle do petróleo, as resistências assumem contornos extremamente violentos, como se vê no Iraque e no Afeganistão, sem, no entanto, desembocar num projeto político póscapitalista.

Finalmente, a arrogância dos Estados Unidos frente aos países latinoamericanos desempenhou um papel não desprezível. Em uma grande parte destes países se fala da “embaixada”, o que significa que somente existe uma e que ela constitui um verdadeiro ator político na vida interior dos países. Isso tem sido um fator de aceleração de uma tomada de consciência da significação do imperialismo e da aliança entre o político e o econômico. Sem dúvida, a dificuldade de reação frente a essa nova situação política do continente está provavelmente ligada ao fato de ter-se enrolado no Oriente Médio.

Há também razões sociais para a resistência ao neoliberalismo. Depois da onda de ensaios revolucionários, que na maioria dos países não tiveram êxito político, se desenvolveram movimentos sociais de novo tipo, sobre os quais falaremos em detalhe mais a frente. Isso se manifestou de maneira muito clara com o 1º Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2001. Talvez por sua origem no continente, a influências dos fóruns mundiais (cinco em sete), continentais (o Fórum das Américas), locais e temáticos (Amazônia), ajudou o desenvolvimento de uma consciência coletiva de resistência ao neoliberalismo mais aguda na América Latina do que em outros continentes.

Razões ideológicas e culturais permitem também compreender a diferença de reações contra o neoliberalismo. Vários fatores atuaram nesse sentido. As ideias da Revolução Francesa influíram na cultura política latinoamericana de forma mais marcante que em outros continentes. Isso se nota não somente no pensamento de diversas lideranças entre os “Libertadores” do século XIX, como também no último período da onda neoliberal, onde apesar dos “valores” contraditórios que se introduziram, nunca este espírito conseguiu ser totalmente eliminado.

A corrente marxista humanista tem sido também uma característica latinoamericana. Pode-se falar de um marxismo “criollo”, no sentido de que dentro do pensamento crítico do continente, o marxismo tem sido um elemento evidentemente central, porém sempre com aportes locais diretos ou indiretos. Podemos pensar em Mariátegui, em Martí, no socialismo cubano e em muitos outros. Isso talvez possa explicar o fato de que a queda do Muro de Berlim não tenha tido o mesmo impacto intelectual do que, por exemplo, na Europa, e se tenha mantido viva uma referência marxista apesar da ofensiva ideológica neoliberal.

Um fator geograficamente delimitado, porém de grande importância, foi o renascimento dos movimentos indígenas, que iniciaram desde o final dos anos noventa ultrapassar a busca por uma identidade étnica e, a lutar por sua sobrevivência econômica. O nascimento do zapatismo no México ou a combatividade dos movimentos indígenas na Bolívia e Equador são exemplos ilustrativos importantes.

Pode-se assim concluir que no continente latinoamericano ocorreu maior sensibilidade ante o neoliberalismo que o continente asiático e africano, por razões objetivas e subjetivas. É evidente que na Ásia as diferenças sociais foram amplamente acentuadas pelas políticas neoliberais, porém a ideia de que um

dia o conjunto do povo pudesse ascender ao nível de consumo dos 20 % mais ricos é, todavia, muito vigente. A única exceção é as Filipinas, muito similar, há muitos séculos, ao modelo latinoamericano.

Na América Latina a consciência do que é o modelo neoliberal é muito mais ampla que no continente africano e no mundo árabe pelas razões já explicadas. Estas são as hipóteses que podem conceder-nos uma resposta para a pergunta: por que na América Latina?

O contexto histórico

Iremos apontar somente alguns aspectos da história contemporânea da América Latina que ajudem a análise. É sempre muito difícil caracterizar o continente como um conjunto. O que unicamente se pode assinalar são as grandes correntes que afetam, de uma maneira ou outra, a todos os países do hemisfério. Neste sentido pode-se recordar três períodos principais.

O primeiro é o projeto desenvolvimentista cepalino. O principal pensador desta orientação foi Raúl Prebisch, que propôs, depois da Segunda Guerra Mundial, o modelo de substituição de importações por uma produção local. O projeto se apoiava em pactos sociais entre setores capitalistas e a parte organizada dos trabalhadores. De fato, o mundo camponês se encontrava pouco presente nesta perspectiva, ainda que, teoricamente se projetasse reformas agrárias. Desde um ponto de vista político, foi também o período de alguns regimes do tipo “populista”, em particular no Cone Sul. Muito rapidamente este projeto fracassou pelo peso financeiro da transferência de conhecimento e tecnologias.

Um segundo período, com datas diferentes de acordo com o país, foi a integração progressiva à economia mundial, com a penetração do capital estrangeiro; em particular, de multinacionais nos setores de matéria-prima e do agronegócios. Regimes ditatoriais acompanharam esta orientação econômica, destruíram os movimentos sociais e, em particular, lutaram contra os movimentos revolucionários de tipo nacionalista, rural ou urbano (doutrina de segurança nacional).

O último período se caracteriza pelo neoliberalismo. A abertura generalizada dos mercados promovida pelo que convencionou chamar, Consenso de Washington foi aprovada pelas organizações financeiras internacionais, em particular, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional. Este modelo começou em fins dos anos setenta, para estender-se de maneira geral durante as décadas de oitenta e noventa.

Desde o ponto de vista econômico, o neoliberalismo significou para o continente, com raras exceções, uma redução relativa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), e uma série de crises financeiras. Houve também, uma grande onda de privatizações em certos países, equivalentes a um ato de pirataria, em favor dos interesses capitalistas, em sua maioria, estrangeiros. Os salários reais baixaram a pouco a pouco, em uma escala mais elevada do que nos países de forte industrialização. O desemprego aumentou nas zonas industriais e a urbanização selvagem se acelerou especialmente nas grandes metrópoles devido ao subdesenvolvimento rural.

A consequência foi um drástico aumento da pobreza. No ano 2000, havia cerca de 224 milhões de pobres (recebiam menos de dois dólares por dia) e entre eles 100 milhões de pessoas vivendo, segundo cálculos do Banco Mundial, na extrema pobreza, isto é, com menos de um dólar por dia. Houve 30 milhões de pobres adicionais, se se compara com 1990. Outro fator é o aumento das migrações, em especial, em certas regiões do México, da América Central e do Caribe, para os Estados Unidos; migrações inter-

nas entre Nicarágua e Costa Rica; migrações de equatorianos, bolivianos e colombianos para a Europa, particularmente, para a Espanha, etc. Nas regiões do narcotráfico, os camponeses que cultivam a coca para a produção de cocaína vivem em áreas de depressão econômica e geralmente de destruição de seus cultivos tradicionais. Em outras, como na Argentina, Brasil ou Colômbia, a monocultura da soja, eucalipto, palma, etc. tem sido a causa, não somente da destruição ecológica das selvas originais, como também, da expulsão, por vezes violentas, das populações locais.

Desde um ponto de vista político, as novas democracias que substituíram os regimes militares ou ditatoriais, se desenvolveram dentro de uma impunidade jurídica dos atores precedentes e com uma profunda crise da democracia representativa. O conjunto destes fatores provocou um declive real da credibilidade das instituições políticas tradicionais, mesmo as que foram fruto de movimentos sociais, como no Brasil, Uruguai e Nicarágua.

A relação entre os movimentos sociais e as novas esquerdas políticas

É inegável que desde o princípio do novo século, se construiu um processo dialético novo nas relações entre movimentos sociais e partidos políticos. Evidentemente, o contexto histórico e a tradição política de cada país influem sobre as formas desse processo. Trata-se de atores em interações e, por conseguinte, de maneira alguma de um processo linear. É o que vamos tratar de descrever antes de abordar algumas reflexões a propósito de suas interpretações nas ciências sociais.

Os movimentos sociais

Durante o período neoliberal se produziu certo esgotamento dos movimentos sociais tradicionais. Isto não foi típico somente no continente latinoamericano, se não, um fato generalizado no restante do mundo. Os movimentos operários foram afetados pelas políticas neoliberais que defendiam uma ofensiva contra o trabalho, a fim de reanimar a acumulação de capital. Desenvolviam-se em muitos países do continente zonas francas, com grande obstáculos para a existência dos sindicatos; o grande avanço do setor informal, que constituiu uma dificuldade para a organização social, da mesma forma que o aumento do desemprego e a repressão contra lideranças dos movimentos operários, gerando efeitos negativos sobre sua força de contrapeso.

O mesmo vale para os movimentos camponeses, que encontraram grande oposição e, por vezes, violenta repressão que impediu o êxito de projetos de reformas agrárias. Somente em alguns países, como o Brasil, os camponeses possuem certa força organizativa. Os movimentos estudantis, por sua vez, perderam também seu impacto, pois este grupo social estava fundamentalmente preocupado com sua integração ao mercado neoliberal, sem falar de sua fragmentação ideológica. Deve-se, no entanto, assinalar um fato novo, a reação dos estudantes das escolas secundárias chilenas contra as consequências de um neoliberalismo exacerbado.

Entretanto, nos últimos 25 anos apareceram novos movimentos sociais que se desenvolveram entre indígenas, mulheres, ecologistas, descendentes de africanos. Sua característica é precisamente sua heterogeneidade e sua definição de novos objetivos como a dignidade, as exigências democráticas e o bem estar.

Vale a pena mencionar os movimentos indígenas. A celebração dos 500 anos da conquista foi uma oportunidade para ampliar a consciência indígena. A partir deste momento, que se corresponde ao

avanço neoliberal, assistimos a uma saída da clandestinidade ou da semi-clandestinidade, das culturas, das línguas, das religiões indígenas. Isso se traduziu também nos contatos mais generalizados entre os índios da América em seu conjunto. A primeira Assembleia dos Povos ocorreu em 1998, em Santiago do Chile, seguida pelo encontro em Quebec no ano de 2002.

Os grupos indígenas organizam movimentos de pressão, não somente para a defesa de sua identidade, o que foi uma luta de mais de 500 anos, como também, contra a perda de seus meios de sobrevivência. Já em 1997, aconteceu em Belo Horizonte, Brasil, uma reunião de povos indígenas contra o Consenso de Washington. Porém o feito mais significativo foi o início da ação armada do movimento zapatista, em Chiapas, em 1º de janeiro de 1994, coincidindo com a inauguração do NAFTA, o Tratado de Livre-Comércio com os Estados Unidos e o Canadá. Tratava-se de reivindicar o crescimento econômico e cultural das populações indígenas empobrecidas em regiões de muitos recursos naturais e, também, um desejo de reconstruir pela base o sistema político mexicano.

Além disso, durante as décadas de 1990 e 2000, houve um grande número de alianças e de ações comuns entre vários movimentos sociais. Podemos assinalar, por exemplo, a Coordenação Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC) que reúne os movimentos camponeses do continente. No ano de 2004, os movimentos indígenas centroamericanos se encontraram para opor-se ao plano Puebla-Panamá. Em Quito, antes do Foro das Américas, em 2005, ocorreu a Cúpula dos Povos Indígenas. Na América Central, se organizou em São Salvador o Foro Centroamericano. Recordemos também as quatro milhões de assinaturas que foram recolhidas na ação contra a ALCA no Brasil e as marchas de 2004 e 2005 na ocasião do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a última com mais de 200.000 pessoas. Recordemos também a luta contra os movimentos sociais. A resistência política ao projeto estadunidense se manifestou em Mar Del Plata em 2006 quando cinco países votaram contra, entre eles, Argentina, Brasil e Venezuela, apoiados na onda de resistência popular liderada pelos movimentos sociais.

Finalmente, a organização dos Fóruns Sociais Mundiais continentais, nacionais e temáticos que tiveram lugar no continente latinoamericano, reforçaram a colaboração entre vários setores da população com resistência contra os efeitos do neoliberalismo no continente.

As esquerdas políticas

Evidentemente é impossível falar de maneira geral das esquerdas do continente. Cada país tem suas características específicas. No entanto, pode-se observar, tanto algumas tendências similares, como também, diferenças significativas que vão dar lugar a reflexões interessantes no âmbito das ciências sociais.

Vários regimes políticos novos são fruto da convergência de movimentos sociais. É o caso do PT no Brasil, do MAS na Bolívia; e da recente conjuntura política do Equador. Está claro que existem diferenças frente à conquista ou frente a gerência dos poderes do Estado. No Brasil, Uruguai e Nicarágua, o processo eleitoral clássico tem permitido o exercício do poder executivo e legislativo segundo os mecanismos habituais da democracia representativa. Em outros países, como Equador e Bolívia, a reforma constitucional foi necessária para cumprir com o processo de transformação social e tem exigido medidas excepcionais.

Na Venezuela, o processo eleitoral permitiu ganhar as eleições e organizar um governo, porém não fez funcionar o Estado já que a administração

continua de maneira significativa nas mãos de funcionários adversos ao processo. Por isso se organizou um Estado paralelo, utilizando as várias “missões” para a alfabetização, o ensino, a saúde, a economia popular, a reforma agrária, a democracia participativa. É a mesma preocupação que presidiu a proposta de unir num só partido as forças de esquerda (e não de criar um partido único, como pretende a oposição seguida por uma grande parte dos meios de comunicação).

Como sabemos, o movimento zapatista tem uma posição bem diferente do exercício do poder político. Trata-se de reconstruí-lo desde baixo e não de ganhar no plano nacional um poder que não seria capaz de cumprir com as políticas necessárias. Por isso, o subcomandante Marcos propôs a abstenção nas eleições presidenciais de 2006 e iniciou sua “outra campanha”.

Em Cuba, a revolução socialista que tem mais de quatro décadas de existência e que sobreviveu tanto ao embargo dos Estados Unidos e ao isolamento político ocidental, quanto AP ao fim do bloco socialista europeu, funciona com um partido único. Este tipo de gestão do Estado, que tem um grau de flexibilidade interna maior do que o que se diz geralmente parece hoje mais próximo ao temor da manipulação política por parte dos Estados Unidos (caso de Nicarágua e El Salvador), do que a uma doutrina política. De todas as maneiras, a existência de uma Cuba revolucionária durante quase meio século tem sido um fator chave no desdobramento da transformação política do continente.

As posições políticas frente ao sistema econômico são também muito diferentes. Lula, no Brasil, adotou uma política econômica de continuidade com a orientação neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (mais a direita segundo este último): pagou o serviço da dívida externa, manteve a independência do Banco Central, favoreceu o agronegócios, etc. Sua característica própria é o desenvolvimento de programas de ajuda social elaborados e eficazes, porém sem troca real do modelo econômico.

Venezuela, Bolívia e Equador desenvolveram políticas de recuperação do controle sobre seus recursos naturais. No entanto, por necessidades técnicas não estão capacitados a distanciar-se de certa dependência das multinacionais do petróleo e do gás, nem de reorientar fundamentalmente os fluxos destes recursos ante o exterior, em especial, ante os Estados Unidos. Nicarágua não se encontra com capacidade de denunciar o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos. Na Bolívia, o vice-presidente Garcia Linera, fala da construção de um “capitalismo andino-amazônico” para qualificar o projeto atual do país.

Ainda em cuba, o fim do “período especial”, depois da queda da União Soviética, exigiu o estabelecimento de uma dupla moeda, a abertura ao capital estrangeiro e o desenvolvimento do turismo internacional com fortes investimentos europeus. O caráter positivo dos índices macroeconômicos desde 2005, em grande parte graças à cooperação com a Venezuela, pouco se traduziu na vida cotidiana dos cidadãos (com a exceção do fim dos apagões), porque o atraso dos investimentos públicos e as dificuldades da agricultura absorvem o superávit.

Em todo o continente, tanto as resistências como as novas iniciativas estão, entretanto, condicionadas pela agenda do projeto neoliberal, porém se manifestam também em verdadeiros esforços por uma nova integração.

Os projetos de integração

Há mais de três décadas existem projetos regionais de colaboração econômica, como o Mercado Comum Centroamericano, várias alianças no Caribe e em outros países andinos, e também, acordos bi

ou trilaterais. Entretanto, os novos projetos possuem características próprias. O MERCOSUL que saiu de certa letargia incluiu agora a Venezuela e se apresenta como uma das alternativas à ALCA. Venezuela tem dado novos passos: Petrocaribe, que implica o abastecimento de petróleo a preços vantajosos com pagamento facilitado para 11 países; Petrosul que une Brasil, Venezuela e Argentina para a indústria do petróleo e do gás; projetos de oleodutos e gasodutos entre Venezuela e Panamá indo até o sul, etc. Em 2007, teve lugar a segunda Cúpula Energética na ilha venezuelana de Margarita.

Se acordou em 2007, a constituição do Banco do Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Venezuela) com o fim de obter uma autonomia financeira, e finalmente a ALBA, no momento um tratado entre Cuba, Nicarágua, Venezuela e Bolívia no futuro o Equador e provavelmente o Haiti, que prevê várias formas de integração econômica, social e cultural, e também uma participação dos movimentos sociais. A realização da TELESUL se inscreve nessa lógica, e a idéia de Evo Morales de construir a aliança latinoamericana nas áreas de habitação, alimentação, emprego e saúde corresponde à mesma preocupação. A operação Milagre iniciada conjuntamente por Venezuela e Cuba permite a cura de centenas de milhares de enfermos na vista, demasiados pobres para serem atendidos em seus respectivos países.

O que caracteriza estas novas iniciativas é que se situam à margem dos circuitos tradicionais do sistema capitalista e, em particular, fora do controle das instituições internacionais do neoliberalismo, como o Banco Mundial e o FMI. Elas também possuem uma orientação antiimperialista muito clara.

Evidentemente existem obstáculos a este tipo de integração continental. Vários países seguem outras vias. Caso particular do México e da Colômbia onde os governos são claramente

Neoliberais e aliados dos Estados Unidos. A repressão dos movimentos populares e o uso da democracia para cobrir a busca dos interesses das classes dominantes, impedem qualquer adesão de tais países às novas iniciativas.

Peru e Chile não manifestam entusiasmo ante as novas orientações por diferentes razões, até pelo fato de ambos estarem ligados por um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos. O primeiro, por desconfiança (tradicional) ante o tipo de bolivarismo proposto por Hugo Chávez, líder da nova integração; e o segundo, por seu modelo econômico nitidamente neoliberal, acompanhado por um sistema político que concede a direita um peso demasiado importante, caracterizado por uma falta de reconhecimento dos direitos da minoria indígena e por uma fratura social profunda apesar de seu espetacular crescimento econômico.

Os Estados Unidos, por sua vez, não pode aceitar um fracasso de sua política hegemônica e substituíram a ALCA por tratados bilaterais. Reforçaram seus vínculos com os países aliados e trataram de estabelecer contatos privilegiados com os elementos mais frágeis das alianças, o que promove uma desconexão (Brasil e Uruguai).

Não se pode em um curto tempo considerar todas as situações e todos os desafios. Podemos concluir que é muito claro que o que se passa no continente não significa uma real ruptura com o neoliberalismo; a dizer, com a fase atual do capitalismo. No entanto, a ação política vai mais além das resistências para construir alternativas pelo menos parciais, o que não se apresenta em outras partes do mundo, e o tom é nitidamente antiimperialista.

Trata-se agora de abordar certos aspectos mais teóricos do tema, ligado à interpretação dos fenômenos pelas ciências sociais. Limitaremos-nos a três tópicos: os movimentos sociais e seus vínculos políticos, o problema das alternativas e da ética.

Alguns desafios para as ciências sociais

Entre os cientistas sociais existe um acordo geral sobre dois pontos. De um lado, na América Latina, o novo panorama político tem sido influenciado pelos movimentos sociais; de outro lado, a história das resistências tem sido caracterizada por convergências, que, como diz Theotonio dos Santos, tem criado um novo paradigma em oposição ao pensamento único. Sem dúvida, as interpretações e os fatos variam de acordo com as causas, o propósito dos efeitos, as estratégias e a avaliação.

Michel Hardt e Antonio Negri propuseram o termo multidão para expressar o estado atual das resistências contra o neoliberalismo. Trata-se, para eles, de uma multidão de agentes criativos e diferentes⁵, que não devem ser similares para cooperar.⁶ Eles formam um sujeito social ativo a partir das singularidades comuns⁷, capazes de comunicar e de atuar como um todo, mantendo suas diferenças internas.⁸

O conceito de multidão difere da noção de povo, que é uma síntese que reduz as diferenças dentro de uma identidade única⁹, e também do de massa, porque a multidão não está fragmentada, nem é anárquica ou incoerente.

Estes dois autores insistem sobre a importância das redes e da democracia para o funcionamento da multidão, até o ponto de fazer da organização um fim. Afirmam que a multidão é um conceito pós-moderno (a modernidade elimina as diferenças) e pós-fordista, porque se trata de uma organização policêntrica fundada sobre a pluralidade contínua de seu elementos e de suas linhas de comunicação. Num sentido eles se aproximam da concepção de Bruno Latour que escreve que não se trata de grupos, mas sim, de agrupamentos.¹⁰

Além disso, para Hardt e Negri, a multidão é o conjunto dos que rechaçam a dominação do capital¹¹ porque são vítimas da ordem global definida pelo império. Como se vê, a referência ao conceito de império é central¹². A definem como a expressão da globalização, feito impessoal, resultado da lógica do capitalismo.¹³ O império é o fruto das transformações das formas de produção e de reprodução econômica e social¹⁴, que permitem estabelecer uma nova soberania imperial¹⁵ e também criar novas subjetividades¹⁶. Isso constituiu o vínculo entre o império e a multidão.

Pode-se criticar esta concepção, não por sua análise da diversidade dos atores, mas sim, pelo fato de que a multidão aparece mais como um conceito do que um sujeito da ação. Não se vê como pode-se estabelecer uma vinculação com o campo político; a única indicação oferecida pelos autores é que se trata de um ator automático. James Petras se pergunta, em sua linguagem direta e radical: “quem vai organizar a luta pelo poder socialista do Estado?”¹⁷ Emir Sader questiona: “como construir uma hegemonia alternativa que represente as maiorias?”¹⁸ Theotonio dos Santos, fazendo referência a Gramsci, coloca o problema da construção do “novo bloco histórico”.¹⁹ Edgardo Lander, referindo-se à Venezuela, observa que ainda neste falta uma estrutura política ao projetos alternativos²⁰; e sem dúvida, segundo Hardt e Negri, este país é um verdadeiro laboratório para a multidão.

A propósito do conceito de império, recordemos as palavras de Atílio Boron: trata-se (em Hardt e Negri) de um império sem imperialismo. James Petras concorda em dizer que o império neomercantilista, como ele o chama, não pode ser atribuído somente aos Estados Unidos (somente 45% das multinacionais têm sede nos Estados Unidos, 30% está na Europa e 10% no Japão).²¹ Este fato permite compartilhar as análises de Hardt e Negri que vão além da confrontação geopolítica, para sublinhar o caráter global da dominação do capital e a transformação profunda das relações sociais de produção e reprodução e o que isso sig-

nifica. No entanto, se o império é global, devemos recordar que só os Estados Unidos, como nação, são capazes de uma liderança militar mundial e que seu peso econômico é particularmente importante no continente latinoamericano, que enfrenta de maneira direta a hegemonia econômica e política do Norte (Doutrina Monroe).

Hardt e Negri referem-se aos fóruns sociais mundiais. É verdade que os fóruns reivindicam a diversidade. É o que Francisco Whitacker, do Brasil, um dos principais atores da corrente altermundista, afirma com veemência.²² Os fóruns não são órgãos de decisão e nem de ação, mas sim, lugares de encontro e espaços de intercâmbios. Eles desempenham, sem dúvida, um papel significativo na criação de uma consciência coletiva e também ajudam a criação de redes de ação comum. Hardt e Negri descrevem numerosas características dos fóruns, porém chegam a uma conceituação muito discutível, ao aplicar seu conceito de multidão.

Outro enfoque é o apresentado por Boaventura de Souza que nota, evidentemente, a novidade da situação e do pensamento. Ele fala das “pluralidades despolarizadas”²³, o que sem dúvida significa uma ruptura epistemológica com as antigas teorias extremas de certos movimentos sociais ou políticos de esquerda e marca a possibilidade de um novo conceito de unidade de ação. Porém, para Boaventura de Souza, não se trata de “multidão”, mas sim, de novos atores coletivos. É um processo difícil, diz o autor, porque faltam procedimentos de translação (comunicação entre atores diferentes). No entanto, o processo de politização que se nota na América Latina, isto é, o impacto e os vínculos entre movimentos sociais e organizações políticas se realiza pela via da despolarização entre os dois termos. A reunião organizada pelo Centro Martin Luther King em Havana, em abril de 2007, com cerca de 50 movimentos relacionados ao tema: “América Latina: Movimentos sociais, alternativas políticas e paradigmas emancipatórios, comprovou a nova dinâmica em favor de ações.

Certo, devemos reconhecer que Hardt e Negri falam da multidão de atores, porém o conceito fica demasiadamente vago e pouco mobilizador e, por isso parece necessário propor outra perspectiva. Sem dúvida, também a convergência das resistências é um fato novo e, se pode citar uma data: 1999, com o protesto contra a OMC em Seattle, e o Outro Davos, primeiro encontro de vários movimentos sociais com intelectuais e ONG's progressistas. Este fenômeno corresponde a uma nova consciência coletiva e se deve explicar por que.

Nossa proposta é reconhecer, em primeiro lugar, que a base geral da conjuntura atual é a globalização capitalista, ou seja, não somente a subsunção real do trabalho organizado (material ou não material) ao capital, mas também, a subsunção formal de todas as outras formas de subsistência e de relações humanas a lei do valor, por mecanismos financeiros (a dívida externa, os paraísos fiscais) ou jurídicos (normas do FMI, da OMC, do Banco Mundial). Isso provoca o que Anibal Quijano chama “a igualdade das desigualdades”²⁴. Todas as classes sociais e os grupos em posição subalterna se veem afetados em sua vida cotidiana por esta dinâmica, que longe de ser somente econômica, tem suas dimensões sociais, políticas e culturais.

Todos os grupos humanos submetidos sofrem as consequências da universalização da submissão ao capital e a lógica da acumulação e, é o que explica a convergência das resistências. Todos afrontam ao mesmo inimigo, de uma maneira ou outra. O novo não é a resistência, mas sim, a convergência. O processo não é fácil porque as culturas de luta são muito diferentes, o que todos os autores das ciências sociais reconhecem.

Porém não se trata de uma “multidão” – qualquer que seja o sentido dado ao conceito para Hardt

e Negri inspirado por Spinoza -, mas sim uma convergência de atores reunidos para manifestações de protesto, para o intercâmbio de experiências e, hoje na América Latina, para a construção de alternativas, até no campo político.

De fato, o novo na América Latina é que mais além dos encontros e dos intercâmbios, já difíceis pelas diferenças de “linguagem”, a etapa da ofensiva, como diz Theotonio dos Santos, se traduziu em projetos políticos. É por isso que uma tarefa fundamental das ciências sociais é estudar os processos em suas diferenças e analisar os resultados.

Já se pode concluir que de fato a ação se realiza também no plano político, sobre a base de objetivos comuns, sem perda de identidade, via redes de atores. Assim, na luta contra a ALCA, por exemplo, muitos atores coletivos entrevistaram juntos por este objetivo concreto, mobilizador e com possibilidade de êxito, ainda que as prioridades de cada um fossem diferentes para camponeses, indígenas, mulheres, jovens e operários. Constituíram-se redes, não somente de protesto social, como também de ação po-

lítica, como nos casos do PT, no Brasil, ou do, MAS, na Bolívia. Num sentido se trata já, na América Latina, do início das redes que iniciaram a construção de um novo sujeito histórico, plural e diverso, portador das aspirações altamente qualitativas da humanidade contemporânea.

** Licenciado em Filosofia, Teologia e Ciências Políticas e Sociais. Doutor em Sociologia pela Universidade de Louvain (1973). Fundador do Centro Tricontinental (CETRI).*

1

A versão completa do texto publicado neste Caderno é parte de François Houtart, 2009, El camino de la utopia desde un mundo de incertidumbre (Panamá: Ruth Casa Editorial-CLACSO). Texto originalmente apresentado em Bruxelas, em 14 de abril de 2007. Texto traduzido por Fernando Vieira.

2

Claudio Katz: "Gobiernos y regimenes en América Latina", www.forumdesalternatives.org, 9 de abril de 2007, p. 6.

3

Ibidem, p. 3.

4

O Plano Puebla-Panamá foi liderado pelo presidente mexicano Vicente Fox (2000-2006) objetivando integrar nove estados do sul do México à América Central. Entre os pontos do projeto se encontram a desapropriação de terras indígenas para a construção de rodovias, aeroportos e centros fabris. (NT)

5

Michael Hardt y Antonio Negri: *Multitude*, La Découverte, Paris, 2004, p. 125.

6

Ibidem, p. 118

7

Ibidem, p. 126.

8

Ibidem, p. 8.

9

Ibidem, p. 8.

10

Bruno Latour: *Changer la Société-Refaire de la sociologie*, La Découverte, Paris, 2005,p. 41.

11

Michael Hardt y Antonio Negri: *Multitude*, La Découverte, Paris, 2004, p. 132.

12

Michael Hardt y Antonio Negri, 2002.

13

Michael Hardt y Antonio Negri: *Multitude*, La Découverte, Paris, 2004, p. 127.

14

Ibidem, pp. 99 y 127.

15

Ibidem, p. 12.

16

Ibidem, p. 89.

17

James Petras: *Imperio vs. resistencia*, Casa Editora Abril, La Habana, 2004, p. 314.

18

Emir Sader: "Reflexoes sobre a luta antineoliberal", *Revista del Observatorio social de América Latina-Osal*, no. 15, oct.-dic., 2004, p. 80.

19

Ibidem, p. 32.

20

Eduardo Lander: "Venezuela en búsqueda de un proyecto antihegemónico", www.clacso.org, y *Alternatives Sud*, vol. XII (2005), no. 2, p. 109.

21

James Petras: ob. cit., p. 11.

22

Chico Whitacker, 2006, p. 33.

23

Boaventura de Souza Santos: *O Foro Social Mundial - Manual de uso*, Ed. Afrontamento, Porto, 2005, p. 166.

24

A. Quijano, 2006, p. 70.

Elementos para pensar a reconfiguração do Campo Político Boliviano¹

Por María Teresa Zegada Claire*

Propomos para a consideração neste painel, um conjunto de interrogantes e tensões que se originam de uma aproximação ao complexo processo de transformações políticas que operam na Bolívia, desde o início da década atual.

O conjunto de interrogantes que direcionam esta investigação que realizamos há alguns meses, se refere às distintas dimensões do campo político boliviano, neste processo de mudanças:

Quais são as características do novo campo político instaurado na Bolívia a partir de 2005 e que se têm consolidado nestes últimos quatro anos de governo Evo Morales? Quais são as dimensões e alcances de tais transformações? Quais são as percepções e expectativas dos atores sociais e políticos em relação a este processo? Como se articulam em termos institucionais os “novos” e “velhos” elementos do sistema democrático na proposta da nova Constituição Política do Estado (CPE) e nas propostas de reforma do Estado elaboradas pelos principais atores sociais e políticos? Quais são as representações simbólicas em torno da democracia e suas resignificações propostas pelos movimentos emergentes?

Dadas as características do processo boliviano, a investigação enfrenta dois tipos de desafios, um de cunho conceitual e outro de caráter metodológico, já que as velhas categorias que permitiam a abordagem e compreensão da realidade sociopolítica nas décadas passadas resultam agora insuficientes e, por tanto, se requer novos conceitos e maneiras de pensar e ler as mesmas.

Consequentemente consideramos necessário, em primeiro lugar, transcender os conceitos que restringem a análise da política à eficiência e eficácia das instituições e pretendem explicar desde aí, o conjunto de processos políticos associando, por exemplo, a estabilidade com um estado ótimo de

governabilidade e, concorrentemente, os momentos de crises ou conflitos com disfuncionalidades e perigos para a democracia. Nossa opção é, ao contrário, tentar explicar os processos de ampliação e aprofundamento da democracia, como consequência da ação coletiva dos sujeitos e sua incursão no campo político, e das transformações que operam no mesmo, como efeito da reversão da ordem constituída.

Por esta razão temos partido da noção de campo político² e não de sistema – ainda que este último esteja contido no primeiro –, o que nos leva a pensar a política, como um campo de forças, de disputa em torno a determinados recursos de poder, que transcede os tradicionais cenários institucionais.

Neste sentido, partimos da identificação dos principais objetos de disputa que marcaram a luta política durante os primeiros anos de governo Evo Morales e a construção de uma nova hegemonia, que foram demarcando momentos políticos pelos quais atravessou este complexo processo. Como resultado, foram consolidando a presença de um novo sujeito político e novas subjetividades, assim como novos elementos discursivos e simbólicos que ocuparam o centro deste cenário.

Desta maneira, se pode afirmar que na Bolívia não se produzia só conflitos conjunturais ou corporativos por demandas e interesses particulares de grupos sociais, mas também, que estes se articulavam em torno aos temas estruturais que questionavam os partidos políticos, as estruturas de poder, a trama institucional, bem como aos *habitus*³ e as formas de ser do social e do político, fortemente ancoradas nos substratos profundos da sociedade e em âmbitos de poder alternativos e diversos, como as organizações da sociedade civil, os sindicatos camponeses, os povos indígenas ou os setores urbanos organizados, que foram tomando corpo a partir da

década de 1990. Por exemplo, o caso dos movimentos indígenas na denominada “Marcha pelo Território, dignidade e a vida” que partiu do oriente boliviano; os protestos e a construção de um movimento social como a Coordenação da Água e da Vida a partir de 2000, em torno a setores urbanos afetados pelas políticas neoliberais e que posteriormente se manifestarão com toda tenacidade, tanto na *Guerra da Água* em Cochabamba no ano 2000, como na denominada *Guerra do Gás* em 2003, que concluiu com a destituição do então presidente da república Gonzalo Sánchez de Lozada⁴.

Por outra parte, consideramos que a política envolve também uma disputa sobre o conjunto de significações culturais e sociais, que se constroem em torno a referenciais discursivos e simbólicos, visões da realidade e interpretações acadêmicas, que impõem a necessidade de novas gramática social e forma de relação entre o Estado e a sociedade.⁵

O outro desafio da pesquisa se encontra relacionado com a abundante informação, que em suas distintas dimensões, contribui na realidade política boliviana nestes anos e nos leva a discernir distintas qualidades em um momento de crise e metamorfose de seus elementos constitutivos.

Assim, privilegiamos uma visão sincrônica para dar conta das expressões das mudanças em suas distintas dimensões, mas sem descuidar dos aspectos históricos – diacrônicos – que permitem precisamente explicar as raízes, alcances e limitações do processo. Em tal explicação histórica, constatamos que precisamente os fatores que desencadearam esta conjuntura estão relacionados à conjunção de distintas temporalidades históricas em um momento determinado, recuperadas por sujeitos protagonistas e levadas ao campo político.

Estas temporalidades se originam, em alguns casos, da *memória coletiva longa*⁶, ou seja, dos qui-

nhentos anos de colonização espanhola que logo foram, como aponta a mesma autora, reproduzidos mediante mecanismos de colonialismo interno – fazendo referência a uma categoria amplamente difundida por Aníbal Quijano – excluindo as grandes maiorias dos processos políticos, sociais e econômicos; aludem a fatores de exploração econômica e de classe que trazem consigo uma longa história de desigualdade e injustiça; do mesmo modo, remetem a processos inconclusos de construção de cidadania e ausência de reconhecimento de uma realidade cultural e étnica diversa, como sucedeu no episódio da revolução de 1952 que, se bem conquistou mudanças profundas no padrão de acumulação e de hegemonia, pretendeu constituir-se sobre as bases de uma sociedade homogênia – que não era – baixo as categorias de povo ou campesinato reproduzindo o modelo de exclusão cultural; e, por último, nos remete a fatores da *memória curta*, relacionados com o ciclo histórico do neoliberalismo e da democracia representativa inaugurados na década de 1980 que, baixo os parâmetros de igualdade formal, livre mercado e estratégias multiculturalistas, tentou enfrentar problemas estruturais profundos. Sua incapacidade de enfrentá-los com êxito, conduziu ao seu profundo questionamento e à sua prematura *débâcle*.

Assim, o ciclo de protestos⁷ iniciado no início de 2000 na Bolívia, recupera e congrega elementos de caráter estrutural, histórico e conjuntural, e encontra seu desenrolar de transformações no campo político. Os novos sujeitos políticos combinam diversos repertórios de mobilização social, com sua participação direta nos processos eleitorais, pois mediante as próprias regras do jogo da democracia representativa, uma opção política como o Movimento ao Socialismo (MAS), consegue aceder e consolidar-se no poder rearranjando o velho mapa do comportamento eleitoral.

Todavia, o conjunto de demandas e aspirações introduzidas no campo político, não se esgota aqui. Também disputaram uma transformação estrutural através da *refundação* do Estado, mediante a demanda e realização de uma Assembleia Constituinte, que permita a redação de um novo instrumento normativo mais representativo das fraturas sociais e culturais e da realidade boliviana atual.

O questionamento ao Estado partiu dos movimentos indígenas na década de 1980, junto à demanda de inclusão sociocultural, e se conseguiram um primeiro impacto nas lógicas multiculturais implantadas durante o neoliberalismo – como, por exemplo, a incorporação pela primeira vez na história da Bolívia das categorias multi-étnico e pluricultural na reforma constitucional de 1994 e seu correlato em leis secundárias –, estas resultaram certamente insuficientes para o alcance das reivindicações destes setores sociais que continuaram lutando por uma reforma estatal mais profunda, através da demanda convocatória de uma Assembleia Constituinte.

Agora, neste marco de análise histórica, situamos o conjunto de transformações produzidas no campo político boliviano nestes anos de governo do MAS, que para fins metodológicos, as agrupamos em distintas dimensões de análise: novos sujeitos coletivos no campo político; novas formas de ação política coletiva desde a sociedade civil; novas formas de administração do poder e de relação do governo com as organizações sociais; mudanças na trama institucional e normativa do político, ou seja, novas regras de jogo no marco do Estado Plurinacional; por último, diversas e renovadas articulações democráticas emergentes, que convivem com as práticas modernas e liberais pré-existentes.

Estes são basicamente, os campos de análises que abarcam a investigação e, de maneira preliminar, nos permitem desenhar as características centrais do processo e suas principais tensões, às quais, muito brevemente, nos referiremos abaixo.

Características do novo processo: o que mudou no campo político boliviano?

Novos atores, novos sujeitos políticos

Assistimos a emergência de novos sujeitos políticos que emanam da sociedade civil, dos denominados não lugares da *política*⁸ que, vinculados de diversas maneiras ao MAS, mudam o rosto social do Estado, incursionam no campo político e operam, tanto no interior dos cenários institucionais, como desde fora deles.

Se trata das organizações sociais que deram lugar ao surgimento do MAS, foram capazes de impor uma nova agenda e se constituem em sua principal base social. Alguns dirigentes foram convidados pelo MAS e pelo próprio presidente a formar parte das representações legislativas e de cargos no gabinete, mas por sua vez, as organizações sociais próximas ao MAS se constituem nos principais vigilantes do processo de mudanças. Neste sentido desenvolvem um conjunto de ações coletivas em defesa do governo e de suas medidas e contra a oposição social e política, mediante diversos repertórios de mobilização, desde pronunciamentos públicos, até marchas vigílias, cercos e concentrações.

A ação estratégica dos movimentos sociais no campo político adota, nesta conjuntura, uma qualidade distinta da que operava nos anos anteriores, o que lhe outorga um sentido histórico e permite a construção de significados compartilhados, pois estes sujeitos coletivos cobram protagonismo em um campo de conflito estrutural, a que nos referíamos anteriormente. Daí que as relações de força entre os atores em pugna, se por um lado se produzem em torno a diversos objetos de disputa⁹, estão articulados a um campo de conflito hegemônico ou estrutural em relação com o qual se constituem os dois blocos em luta.

Em relação à participação das organizações sociais no campo político, resta um conjunto de interrogações ainda não respondidas, que são temas de discussão, inclusive no interior do próprio MAS e das organizações de base, como por exemplo, as possibilidades de institucionalização política das mesmas e sua pertinência; a perda de autonomia que implica a sua relação com o governo; as tensões entre os dirigentes e as bases em relação à tomada de decisões políticas; a possibilidade de que o formato organizacional corporativo possa eventualmente deslocar ou substituir os partidos em cenários de representação política, entre outras.

Por outro lado, os partidos políticos, principais atores do sistema de representação política, paradoxalmente se converteram em seu principal ponto de vulnerabilidade, fundamentalmente o não cumprimento das funções de representação e articulação com a sociedade. Ante tal inoperância, emergiram justamente formas de auto-representação social com capacidade de interpelação efetiva a outros setores sociais e à sociedade em seu conjunto, e de articular com êxito suas expectativas a objetos e propostas comuns.

Os grupos privilegiados e setores políticos antes hegemônicos foram deslocados a espaços institucionais minoritários, tanto no Congresso, como na Assembleia Constituinte, nas prefeituras das regiões opositoras ao governo (que em um momento foram cinco, do total de nove departamentos do país), assim como na ação coletiva de organizações cívico/regionais, lhes outorgando um caráter político de resistência ao governo baixo a demanda de autonomia; a conjuntura obrigou a adotar critérios de mobilização pouco convencionais para tais atores, como a greve de fome, marchas, ocupação de instituições, entre outras, revelando uma série de transformações particularmente de tipo social e político, objetivadas no novo processo. Fica colocada a necessidade de repensar as formas organizativas mais apropriadas para o exercício político em concordância com os novos formatos da democracia.

Novas formas do político

O processo iniciado em dezembro de 2005 com o triunfo do MAS coloca no centro do debate não apenas os novos sujeitos do campo político, mas também o conjunto de relações e articulações políticas, formas de exercício e expressão de interesses, representações simbólicas e tramas institucionais.

As novas formas de ação coletiva se expressarão, por exemplo, nas vigílias cercos ao congresso, nos sucessivos episódios de paralisação para pressionar a tomada de decisões, nas mobilizações de apoio ao governo e defesa dos processos de mudanças, na auto-organização, nas reuniões de avaliação das políticas governamentais propiciadas pelas organizações de base, na elaboração de propostas para o processo constituinte, entre outras. Cabe destacar que os movimentos de resistência e oposição ao governo, também geraram um conjunto de ações coletivas novas para estas organizações.

De todo modo, se percebeu um deslocamento dos velhos conflitos entre o Estado e a sociedade, que foram frequentes durante a Era democrática, aos enfrentamentos diretos entre cidadãos que representavam os blocos políticos em disputa, como foi o caso dos enfrentamentos de 11 de janeiro de 2007, em Cochabamba.

Outro cenário privilegiado de confrontação foi o mediático, no qual entram em jogo os recursos discursivos e as batalhas simbólicas. Assim cobram relevância os dispositivos ideológicos mutuamente desqualificadores, funcionais à acumulação de poder particular.

Do mesmo modo, a via do voto, ou seja, a convocatória de uma série de consultas cidadãs (referendos), revocatórios e eleições, teve a finalidade de legitimar as forças políticas em disputa, em muitos casos, para desequilibrar as posições e o crítico empate no qual se encontravam em determinado momento. Estes processos, em geral, tiveram um efeito político muito favorável ao governo que justamente conseguiu o ponto de inflexão para sua recuperação de forças no referendo revocatório de agosto de 2008, que permitiu sua consolidação hegemônica.

O “governo dos movimentos sociais”

Outra aresta importante de análise reside na relação do governo com as organizações ou movimentos sociais afins, baixo a figura, ainda discutível, de *governo dos movimentos sociais* que adquire um caráter simbólico muito importante, desde o governo, sob a reiterada alegação de *mandar obedecendo*.

A relação das organizações sociais com o governo do MAS, adquire formatos e conteúdos diversos, desde afinidades ideológicas e políticas, solidariedade e disciplina sindical, e apoio ao processo de mudanças, até relações pragmáticas de apoios condicionados aos benefícios setoriais e pessoais, relações de tipo paternalistas mediadas por cargos políticos e outros tipos de incentivos, que põem em questão a consistência ideológica do processo. Da mesma maneira, se questionam as novas hierarquias internas mediadas pelas novas relações de poder, os aportes obrigados dos empregados públicos e a série de intercâmbios clientelistas.

O risco que o caráter corporativo da gestão pública possa prevalecer sobre os interesses gerais surge, por exemplo, do duplo papel dirigencial que assume o presidente, graças ao fato de ser presidente do Estado e, também, sucessivamente reeleito como presidente das Seis Federações do Trópico Cochabambino (sindicato de cocaleiros).

Outro elemento que também se torna crítico no exercício governamental é o risco da *fetichização* do poder¹⁰, que supõe substituir os interesses coletivos por benefícios particulares das organizações e per-

sonalidades, que ocupam espaços na gestão pública, entre outros, que distorcem o exercício político das organizações.

A reinstitucionalização política em torno ao novo estado plurinacional

O valor do processo constituinte não apenas reside no resultado: um novo contexto constitucional, ao que nos referiremos adiante, mas também no próprio processo, já que no mesmo, se envolveram distintas organizações, movimentos sociais, políticos e intelectuais em um importante processo de discussão, acordos e geração de propostas.

As organizações sociais articuladas em torno ao Pacto de Unidade conseguiram introduzir uma proposta de transformação estatal que envolvia distintos aspectos normativos do Estado. Entre os pontos principais ressaltam o Estado Plurinacional, as autonomias indígenas, assim como uma nova estrutura estatal mais participativa e representativa dos interesses das maiorias nacionais.

Embora nem todas as suas propostas se incorporassem em um novo contexto, o processo conseguiu um valor em si mesmo, pela visão estratégica do Pacto, posto que as organizações particulares tiveram que abdicar de alguns dos seus interesses setoriais para consagrar uma proposta única e influir na Assembleia Constituinte e em seus resultados.

A aprovação da nova Constituição Política do Estado abre novos espaços de participação e ação política, através de mecanismos como o controle social, a revocatória de mandato, as autonomias, entre outras, assim como novas pautas na relação Estado-sociedade civil.

Não obstante, as medidas mais relevantes apontam para a incorporação na narrativa constitucional de diversos elementos provenientes de uma matriz de pensamento distinta da liberal republicana, própria das comunidades indígenas originárias camponesas, cuja síntese é precisamente o Estado Plurinacional.

A relação e convivência entre ambas as lógicas é complexa e coloca uma série de desafios, desde a participação de representantes de povos indígenas em distintos níveis de gestão pública, até a incorporação de práticas culturais das comunidades em determinados âmbitos, como na justiça, através da jurisdição indígena originária camponesa ou mediante a figura das autonomias indígenas baseadas em usos e costumes. Sua complexidade e formas de articulação se verificarão no processo de aplicação da nova Constituição e na construção de leis e mecanismos secundários.

A autonomia: da resistência à democratização do poder

Um eixo que muda substancialmente o caráter do Estado é a incorporação da autonomia, trazendo uma série de tensões políticas, já que no princípio foi a bandeira de resistência da oposição e logo foi desarticulada pela frente oficialista na nova constituição, no marco de um processo amplo e envolvendo diversos níveis de administração territorial do Estado.

A incorporação da autonomia na nova Constituição é apenas o princípio de um longo processo, que envolve várias dimensões relacionadas com a redistribuição do poder. Em primeiro lugar, implica em formas diferenciadas de acesso aos recursos – em especial aos naturais –, em segundo lugar, a distribuição de atribuições e aptidões, em terceiro lugar, a coordenação administrativa de distintos níveis territoriais, assim como a combinação de formatos e lógicas que se superpõem, com níveis de hierarquia similares, à eleição de autoridades por voto direto em distintos níveis territoriais, entre outros.

As autonomias indígenas constituem novos espaços baseados nas dinâmicas internas das unidades territoriais pré-existentes que, pela primeira vez, se encontram reconhecidas na Constituição e têm níveis de interpelação formas frente ao Estado, sem embargo, também colocam uma série de interrogantes sobre a possível *institucionalização* das formas de autogoverno e de seus usos e costumes, a presença de grupos de poder internos e externos, suas possibilidades e limitações, como unidades autônomas capazes de um desenvolvimento sustentável, entre outros.

Resignificações ao redor da democracia

Por último, nesta breve relação de elementos analíticos do campo político boliviano, nos propomos vários questionamentos, ao redor do trajeto da democracia e dos processos de desarticulação / rearticulação discursiva em relação a seus significados.

Na nova constituição convivem os enunciados de democracia representativa, com outros formatos como a democracia direta e participativa, assim como a democracia comunitária.

Nos fatos, estas formas de exercício democrático estão vigentes ainda que desarticuladas. Por exemplo, as formas de representação democrática seguem sendo predominantes na conformação dos poderes públicos, mas convivem com formas de democracia direta e participativa, que se incorporaram em reformas constitucionais prévias, assim como com formatos como a democracia sindical baseada no *mandato imperativo* que rege em formas coletivas de organização social e com a *democracia comunitária* que emerge do paradigma das organizações e sistemas políticos próprios dos povos indígenas bolivianos. Estes prevalecem em distintas comunidades bolivianas, sobre tudo da área andina e implicam diversas formas de auto-organização e autogoverno.

A democracia comunitária ou de *ayllu* se baseia em lógicas coletivas, mais que nas individuais e se suas características variam a cada localidade, compartilha alguns elementos comuns como a rotação de cargos; a obrigatoriedade no cumprimento de funções de autoridade; a concepção de autoridade não como privilégio, mas como serviço; o consenso deliberativo através da assembleia como máxima autoridade de mando coletivo; sistemas de prestação de contas e controle social; a revocatória de mandato; procedimentos que garantem a participação dos membros da comunidade nas decisões e no controle a seus representantes; entre outros. As particularidades não apenas dependem das condições históricas de cada comunidade e suas práticas culturais próprias, mas também dos graus de hibridização com outras formas de exercício de poder. Estas têm coexistido, por exemplo, de maneira crítica com os sindicatos camponeses, que em seu momento se constituíram nas formas iniciais de hibridismo e penetração cultural¹¹.

Agora, seu reconhecimento constitucional rompe o monopólio da democracia liberal, mas apresenta notáveis ambiguidades e contradições que deverão ser superadas no decurso de sua aplicação.

A democracia representativa foi perdendo efetividade e questionada em sua eficácia, desta maneira se produziu um desmonte da eficácia simbólica da democracia representativa, instaurada como *regime de verdade* no período neoliberal, e deu lugar ao surgimento de visões, interpretações e objetivações distintas da democracia. Para este olhar renovado e crítico à democracia se soma também De Souza Santos¹² quando se remete ao conceito de *demodiversidade*.

A nova CPE não apenas reconhece elementos da democracia comunitária para seu exercício em nível

local (indígena e camponês), como também para sua aplicação em nível nacional mediante a incorporação, por exemplo, de princípios ético-morais, como os mandamentos próprios dos povos indígenas originários, entre os princípios que regem o Estado. Desta forma reconhece como oficiais os idiomas nativos e estabelece seu uso obrigatório no âmbito público. O desafio é pensar em formas articuladas que relacionem as diversas formas de governo e organização existentes, algumas destas têm sido propostas nos trabalhos de Luís Tapia¹³, mediante a construção de um *núcleo comum* (ou um núcleo intercultural democrático) ou sua articulação com sistemas institucionais modernos em nível macro-estatal (García s/f).

O horizonte do processo de mudanças

Como apontamos ao iniciar esta exposição, mais que respostas, propomos uma série interrogantes e tensões conceituais, que aporta o processo de transformações do campo político boliviano e que demarca múltiplas dimensões relacionadas, tanto com aspectos históricos, cuja referência nos permite perceber a dinâmica do processo, como conjunturais, e a permanente reconfiguração de forças e a construção de uma nova hegemonia, cujo acompanhamento permite identificar os principais elementos do processo e suas conexões.

A profundidade do processo iniciado no início da década atual dá conta da profundidade do mesmo e de seu alcance, que se encontra inclusive, para além da liderança de Evo Morales e o eventual protagonismo do MAS e se verifica sobre o contexto de relações sociais de classe e étnico culturais.

O horizonte da interculturalidade parece mostrar uma possível trajetória de resolução destas tensões de coexistência e materialização da diversidade social e cultural boliviana no campo político, mediante uma (re)institucionalização das estruturas e uma concepção de democracia ampla, renovada e dinâmica.

**Socióloga com mestrado em Ciências Políticas. Professora e pesquisadora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Mayor de San Simón (UMSS) e da Graduação em Comunicação da Universidade Católica Boliviana (UCB). Pesquisadora e coordenadora de área do Centro Cuarto Intermedio (CCI), membro do diretório do Centro de Estudos da Realidade Econômica e Social (CERES).*

1 Fonte: O texto publicado neste Caderno é parte de um trabalho de pesquisa dirigido por Maria Teresa Zegada Claire com a participação de Gabriela Canedo, Claudia Arce e Alber Quispe no marco do Programa de Bolsas Equipes de pesquisa 2009-2010 do CLACSO. A versão completa deste escrito se publicou no terceiro número da revista *Crítica y Emancipación* (Buenos Aires: CLACSO, 2010) e está disponível em www.biblioteca.clacso.edu.ar. Texto traduzido por Rodrigo Nobile.

2 BOURDIEU, Pierre (2001) *El campo político*. La Paz: Plural.

3 FOUCAULT, Michael (1983) *El discurso del poder*. México: Folios.

4 A Guerra da Água que se iniciou em rechaço com a elevação das tarifas deste serviço contra uma empresa transnacional em Cochabamba, concluiu com a expulsão de tal empresa e se converteu no início do ciclo de protestos e crise sociopolítica no país. A Guerra do Gás que foi protagonizada por organizações e movimentos sociais, sobretudo de El Alto, que começou como uma refutação à política de hidrocarbonetos de Sánchez de Lozada terminou impondo sua renúncia e fuga do país em outubro de 2003.

5 DE SOUZA SANTOS, Boaventura (2004) *Democracia de alta intensidad. Apuntes para democratizar la democracia en Cuaderno de Diálogo y Deliberación*. N° 5, La Paz: CNE.

6 RIVERA, Silvia (1983) "Democracia liberal y democracia de ayllu" en: Miranda Pacheco (comp.): *Bolivia en la hora de su modernización*. México: UNAM.

7 TARROW, Sidney (2004) *El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza Editorial.

8 TAPIA, Luis. (2009) "Movimientos sociales, movimientos societales y los no lugares de la política", en *Le Monde Diplomatique*, Ed. Peruana, N° 23, Marzo, 2009. CLACSO.

9 DUSSEL, Enrique (2006) *20 Tesis de política*. México: Siglo XXI Editores.

10 DUSSEL, Enrique (2006) *20 Tesis de política*. México: Siglo XXI Editores.

11 RIVERA, Silvia (op. cit).

12 DE SOUZA SANTOS, Boaventura (op.cit).

13 TAPIA, Luis (2006). *La invención del núcleo común. Ciudadanía y gobierno multisocietal*. La Paz: Muela del Diablo.

Novidades Editoriais Clacso



La revolución en el bicentenario Reflexiones sobre la emancipación, clases y grupos subalternos

Beatriz Rajland. María Celia Cotarelo. [Coords.]

O presente livro, resultado das atividades do Grupo de Trabalho do CLACSO “O Bicentenário Latino-americano: dois séculos de revoluções, à luz do presente” elabora novas perspectivas sobre os últimos dois séculos de história latino-americana, discutindo, principalmente, sua trajetória em torno do tema das revoluções. A partir de perspectivas interdisciplinares nas ciências sociais seus autores, mais do que procurar uma única resposta, investigam a construção de formas específicas de mudança social, econômica, política e cultural na região. Os autores buscam construir uma abordagem comparativa da história da América Latina, partindo de estudos específicos, porém compartilhando questões, métodos e problemas para repensar novas perspectivas sobre dois séculos de história à luz das possibilidades atuais.



Deslegitimar el capitalismo Reconstruir la esperanza

François Houtart. [Autor]

Os responsáveis pela economia mundial legitimam o sistema econômico capitalista como base para a organização política e cultural do progresso. Eles argumentam que a globalização do comércio no âmbito do mercado livre irá transcender a pobreza e proporcionar o equilíbrio e a emancipação humana. No entanto, após três séculos e uma enorme produção de riqueza e progresso técnico e científico espetacular, o número de pobres e as distâncias sociais atingem o seu auge. Pode-se falar de uma destruição progressiva da natureza, dos povos e nações, e do indivíduo. Este livro aborda estes fenômenos e em contraponto fala da riqueza da convergência dos movimentos alternativos contemporâneos, que mobilizam forças sociais diante da necessidade de uma visão estratégica de longo prazo, deslegitimando o capitalismo e abrindo uma perspectiva pós-capitalista.



La pobreza en América Latina ¿Una dimensión olvidada de la integración económico regional?

Pablo Andrade. Alicia Puyana. [Orgs.]

Este livro reúne os trabalhos apresentados no Seminário Internacional “Pobreza, Integración Económica y Comercio Internacional”. Os artigos procuram explorar as relações entre os esquemas regionais de integração econômica e de criação e recriação da pobreza ou sua redução apresentando uma abordagem crítica das principais correntes do pensamento econômico e do discurso político que dominaram últimas décadas, os círculos de poder na América Latina. Baseada nos pressupostos teóricos liberais e neoliberais, estas políticas econômicas ocuparam um lugar de destaque nos meios de comunicação da região, bem como nas políticas recomendadas pelas organizações internacionais. Esta seleção de artigos pretende contribuir criticamente para o debate sobre as complexas relações entre a pobreza, integração econômica e comércio internacional.

Programa de Comunicação Audiovisual

O Programa de Comunicação Audiovisual se propõe a fazer uso das especificidades da linguagem e dos meios audiovisuais com o intuito de ampliar o alcance das pesquisas, estudos e debates realizados no âmbito dos diferentes programas do CLACSO. O Programa estimula a difusão e circulação de documentários sociais e políticos de caráter independente, relevantes na aproximação aos processos e acontecimentos sociais. Entre suas principais atividades se encontra a realização audiovisual integral, a transmissão ao vivo de atividades acadêmicas, a conformação de uma Rede Áudio-visual das Ciências Sociais com sua expressão pública em uma Videoteca Virtual e na organização do Concurso Latino-americano de Documentários “Outras Miradas”, cuja segunda edição se anunciará proximamente.

www.clacso.org.ar/difusion/secciones/audiovisual

Biblioteca virtual

Com o objetivo de promover e facilitar o acesso aos resultados das pesquisas dos Centros Membros via Internet, o CLACSO oferece livre acesso à sua Biblioteca Virtual de Ciências Sociais, que recebe por mês mais de 300.000 consultas de textos. Os serviços incluem acesso à Sala de Leitura com 9.000 textos completos de livros, artigos, palestras e documentos de trabalhos publicados pela rede CLACSO e outras instituições; bases de dados sobre a produção acadêmica dos Centros Membros e registros bibliográficos de suas publicações e pesquisas e também de seus pesquisadores, com e-mail disponível para contato; e links que dão acesso a outras bibliotecas virtuais com mais de 100.000 textos completos de Ciências Sociais.

www.biblioteca.clacso.edu.ar